



Economia, Estado e Orçamento Público:

Um Guia para a População do Distrito Federal

CARTILHA EXTENSA



NGPE
NÚCLEO DE GESTÃO DE
PROJETOS ESTRATÉGICOS



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

1.Introdução

- Esse projeto visa aproximar a população — especialmente jovens e adolescentes — dos conceitos fundamentais que regem a:
 - Organização do Estado,
 - Sua relação com a Economia, e
 - As contas públicas.

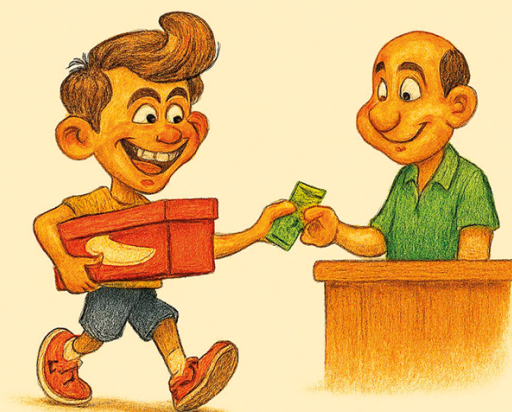
O Mercado e a Economia

- Começamos com a evolução da Economia, tratando sobre como funcionam os mercados e qual lei neles opera.

- O que é um mercado?
 - É um espaço para trocas. Tem mercado de feijão, de mochila, de tênis etc. É um espaço onde há quem quer comprar e quem quer vender.

- O que é a Economia?
 - A Economia é o conjunto de todos os mercados. Considere aqui “Mercado = Economia”.

- A Economia é um grande jogo de trocas por bens, produtos físicos, e serviços. Por exemplo, uma mochila, um tênis, um celular, vocês conseguem ter isso tudo dando em troca um papel pintado (notas da nossa moeda, o Real) ou passando um cartão, ou fazendo um pix.
- Quando isso ocorre, todos concordam com essa troca, isto é, quem vende e quem compra.



O Estado e suas regras

- Para o Mercado funcionar, precisamos de algumas regras: qual moeda se utiliza para trocas; quem pode vender; se a mochila pode vir da China; se o tênis pode vir do Vietnã; se pode vender qualquer tipo de celular ou somente um que tenha padrões mínimos de qualidade. E assim por diante.
- Qual a moeda? Como importar produtos do exterior? Que tipo de celular é permitido? Como respondemos essas perguntas?
 - A partir do que o Estado decide em nosso nome.

O que é?

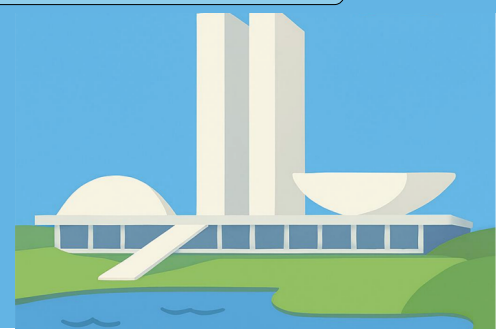
- Chamamos de Estado o conjunto de todas as instituições públicas que organizam nossa convivência em sociedade: governo, parlamento, justiça, polícia, escolas públicas etc.

O que faz?

- O que o Estado faz, então? Ele define as regras do jogo. Incluem-se aí tanto as regras do jogo do Mercado quanto outras regras que regem nossa vida. Pode importar tênis do Vietnã? Sim. Pode vender celular sem uma qualidade mínima? Não.
- Ou seja, o Estado cria as regras do jogo, executa essas regras e ainda resolve conflitos entre pessoas, interpretando essas mesmas regras.
- Mas **o que** o Estado de fato oferece? Ele oferece serviços públicos.


Como faz?

Como o Estado faz isso tudo? Como o Estado se financia? Arrecadando impostos do Mercado.



O Orçamento Público: como o Estado se organiza

- Quais serviços públicos? Quanto custa? Quem decide? Isso tudo é feito via Orçamento Público.
- O orçamento público é tipo uma “**mesada gigante**” vinda de impostos que todo mundo paga e que é destinada para investir em educação, transporte, saúde etc.
- Fazendo um paralelo com um orçamento familiar, se João ganha sua mesada de seus pais, quem decide o que comprar com essa mesada? João, com orientação dos pais.
- Quem decide o que comprar com essa “mesada gigante” que é o orçamento público? Os políticos, com o aval de todos que os escolheram para os representarem.
- Hoje essa organização é imposta? Não. Decidimos nos organizar assim como sociedade. É um **pacto social**. Nós abrimos mão de autonomia e de dinheiro (afinal, cada um paga um pouco para ter essa grande mesada para o Estado) para que as decisões de cunho coletivo sejam tomadas em nosso nome.
- De todo modo, quem tem o poder? O povo: vocês.
- Em suma, quem paga a mesada também decide como gastá-la.

Quem?	O que compra com a mesada?	Quem decide o que comprar?	Quem dá o aval?	
Família	Lanche, Uber, roupas	Quem ganha a mesada	Quem paga a mesada	
Estado	Serviços de saúde, educação, segurança	Representantes políticos	O Povo	

2. O Funcionamento da Economia

- Seja um mercado de mochila, tênis ou lápis, há uma lei que se aplica a todos eles: a lei da oferta e demanda. Vejamos como os mercados funcionam começando com o exemplo do lápis.

A Lei do Mercado e um Simples Lápis Amarelo

- Já ouviram falar da história do lápis contada pelo norte-americano Milton Friedman?
- Quase ninguém no mundo sabe como fazer um simples lápis amarelo.
- A madeira vem de árvores cortadas nos EUA. Para derrubá-las, são necessários lenhadores, serrarias, caminhões, ferramentas.
- A ponta de grafite provavelmente veio de minas no Sri Lanka. A parte metálica, é feita de uma mistura de zinco e cobre. Isso exige mineração, fundição.
- A borracha na ponta muitas vezes é feita de materiais sintéticos derivados do petróleo. Pense nos trabalhadores das plataformas de petróleo, nas refinarias.
- Até a pintura amarela do lápis envolve uma cadeia de produção: químicos, fábricas, pesquisadores, operadores.
- E ainda há o adesivo que mantém tudo unido, as máquinas que montam as peças, as caixas que embalam os lápis, os caminhões que distribuem, as papelarias que os vendem.
- Tudo isso, e um lápis custa menos de 1 Real. Logo, é melhor comprar na papelaria do que tentar produzir.



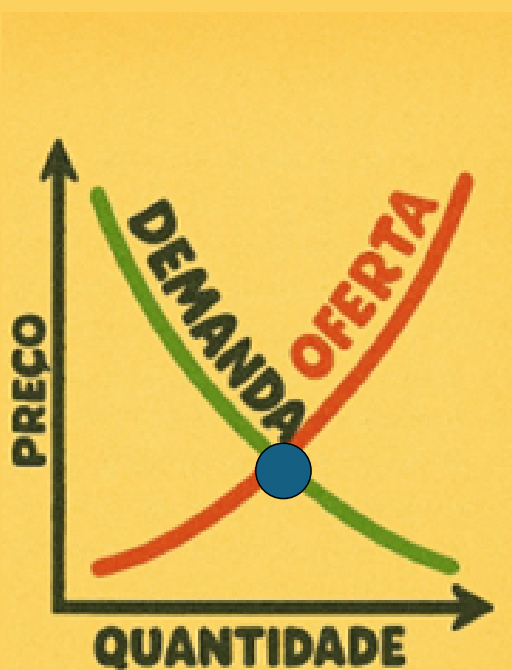
A Cooperação entre Pessoas e o Mercado

- Tudo isso é feito por pessoas espalhadas por todo o mundo. E, surpreendentemente, a grande maioria delas não faz isso por amor ao lápis amarelo.
- Elas fazem isso não porque querem que você escreva. Fazem para sustentar suas famílias.
- Elas cooperam, mesmo sem se conhecerem, graças a um sistema que permite a livre troca de bens e serviços — o Mercado.
- Essa é a magia do Mercado: permite que milhões (ou bilhões) de pessoas, agindo no seu próprio interesse, cooperem espontaneamente para produzir coisas que nenhum indivíduo sozinho saberia fazer.



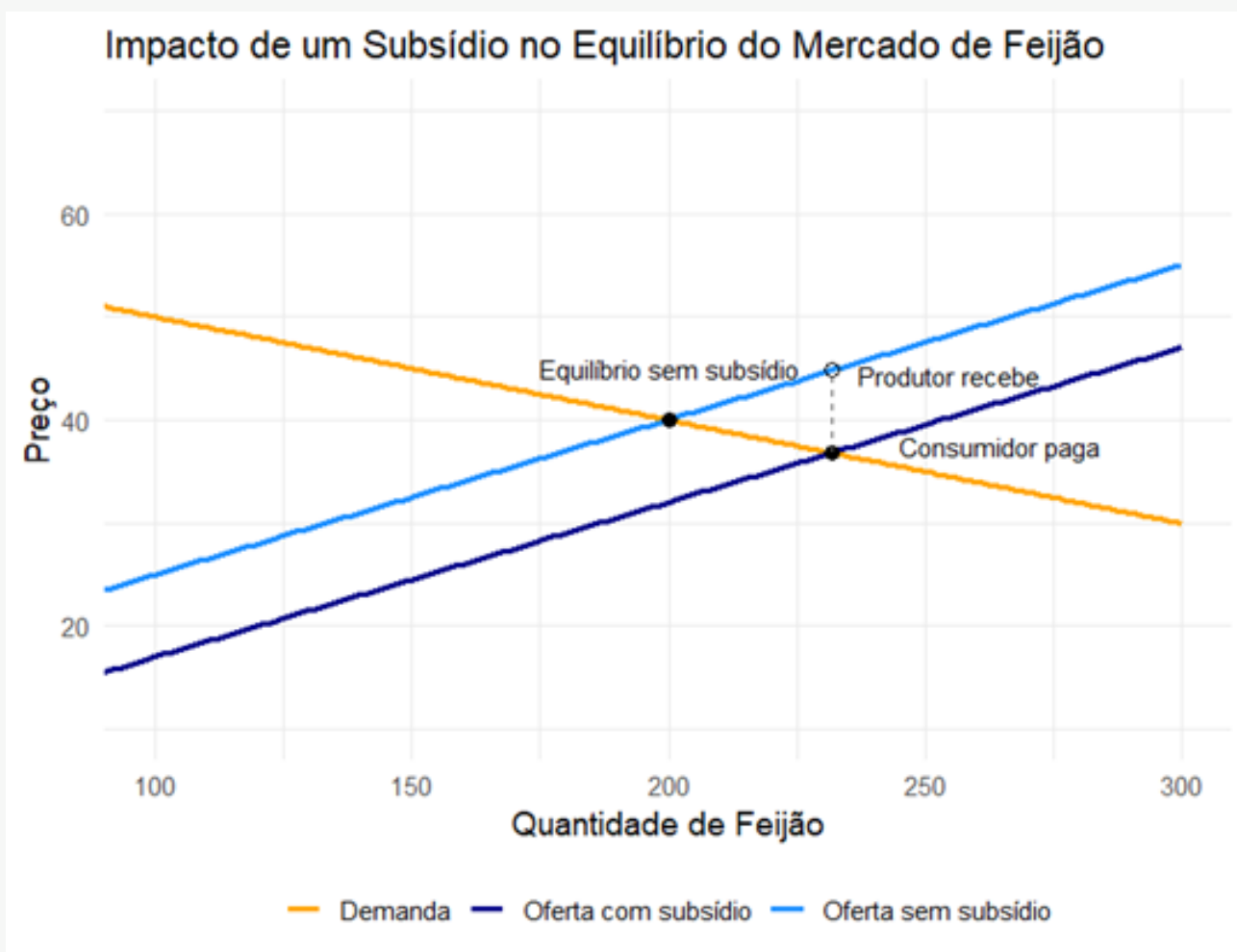
O Mercado: qual sua lei?

- Seja a produção principal de um país o feijão, o casaco ou o teatro, todos esses bens e serviços precisam ser medidos, vendidos e comprados. Quem determina o preço? O Mercado.
- O Mercado é um espaço para trocas. É onde há equilíbrio entre desejos e recursos.
- **O que são desejos?** Acabar com a fome e o frio ou conseguir algum entretenimento, por exemplo. Se alguém está com fome e frio, comprar feijão e casaco satisfaria sua demanda. Da mesma forma, se ele se importa com entretenimento, ir ao teatro lhe traz satisfação. Logo, todo bem e serviço tem sua curva de demanda. Quanto maior o preço, menos se consome. Então, a curva de demanda (curva verde) é negativamente inclinada com relação ao seu preço.
- **E o que são recursos?** Ter safra de feijão, fábrica de casacos e atrações de teatro. Isso representa a parte vendedora. Logo, aqui, quanto maior o preço, maior o incentivo para vender. Portanto, a curva de oferta (curva vermelha) é positivamente inclinada.
- O que significa equilíbrio de desejos e recursos? Quando a demanda é igual à oferta, ou seja, o ponto de encontro dessas curvas (ponto azul).



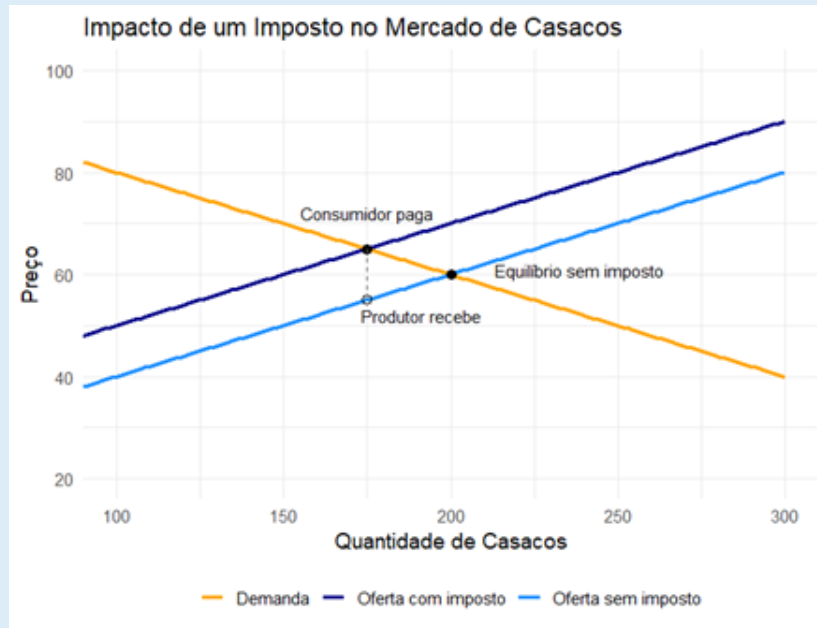
Um Subsídio do Estado

- O encontro das curvas de oferta e demanda: aqui, temos um preço de equilíbrio, em que vendedores estão dispostos a vender e consumidores estão dispostos a comprar a quantidade Q^* ao preço P^* .
- O Estado pode afetar esse equilíbrio de Mercado.
- Se o Estado oferece um subsídio a produtores de feijão, fica mais barato produzir, então a curva de oferta se desloca para a direita (da curva em azul claro para azul escuro). Qual o resultado? As pessoas consomem mais feijão a um preço menor.



Um Imposto do Estado

- Agora, considere que o Estado coloca um imposto sobre casacos. O vendedor tem que coletar o imposto, então a curva de oferta se desloca para a esquerda (da curva em azul claro para azul escuro). O resultado é que os consumidores compram menos casacos e a um preço maior.



Uma Regulação do Estado

- Agora suponha que o Rei do país fictício Wakanda entenda que só pode ter espetáculos de teatro no dia do seu aniversário, dia 28 de fevereiro. O que acontece no mercado de teatro? A oferta se retrai ao ponto do preço do ingresso ficar muito superior àquele em que se poderia ter espetáculos todo dia.
- Essa é a Lei de oferta e demanda, não precisa de nenhum parlamento para aprová-la, ela sempre existiu.



Fatores Externos

- O que acontece se as pessoas de outros países começarem a apreciar a feijoada tanto quanto os brasileiros? A curva de demanda se desloca para cima, o que resulta em elevação tanto do preço quanto da quantidade consumida. Os produtores de feijão no Brasil se beneficiam desse movimento. Esse ajuste de preço é automático, não tem nenhum órgão público definindo o preço, nem nada do tipo.



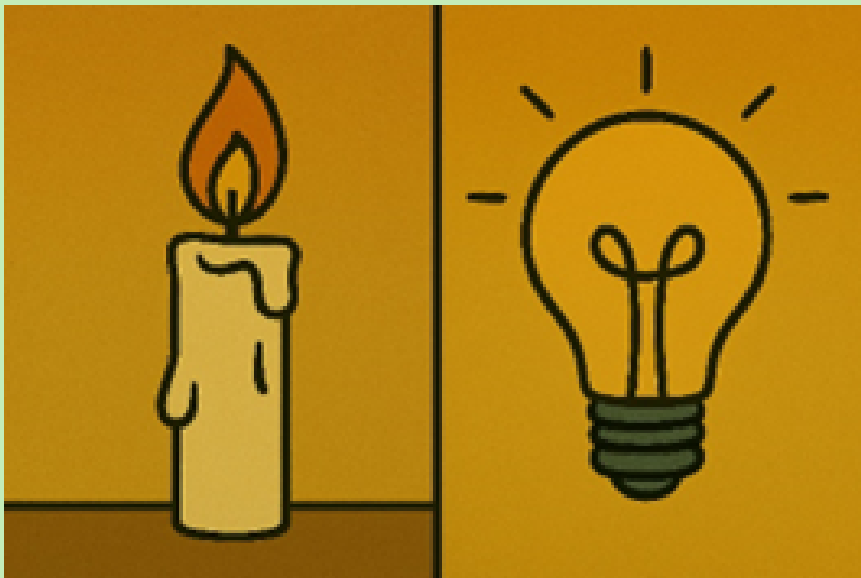
O que Afeta o Preço?

- Qual a moral da história? Os preços são afetados pela tributação, pela regulação, pelo comércio internacional e por tudo que afeta os incentivos das pessoas em consumirem e produzirem.



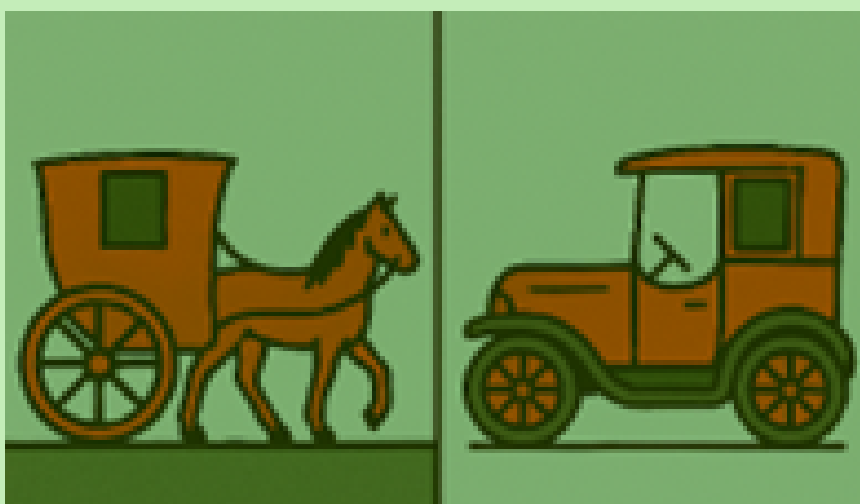
Quem perde com o Mercado?

- Quando os mercados funcionam e trazem inovação, alguns grupos perdem. O setor de velas perdeu com a invenção da lâmpada. Antigamente, a iluminação era, em grande parte, feita por velas. Até que um dia, um inventor cria um produto que, além de iluminar mais, é mais seguro e mais barato. A competição entre vela e lâmpada fez com que o mercado de velas diminuísse e o mercado de lâmpadas aumentasse.
- Esse processo de evolução tecnológica gera uma “**destruição criativa**”, em que produtos novos “expulsam” os produtos velhos do Mercado.



Quem ganha com o Mercado?

- O setor de carruagem e cavalos perdeu com a invenção de carros.
- E quem ganhou? Todos. Todo mundo ganha com a existência de produtos melhores.



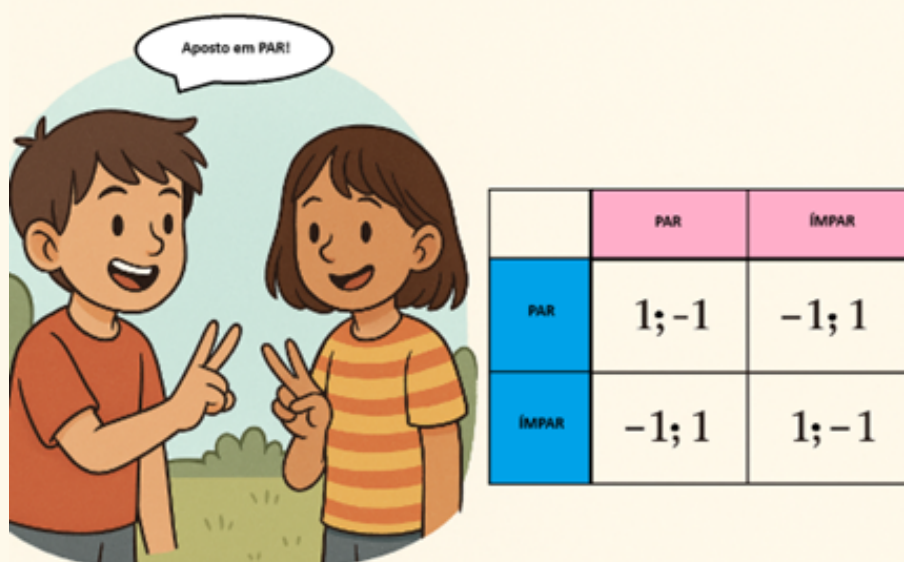
Cooperação ou competição?

- Em suma, quem compra um tênis fica feliz ao comprá-lo, pois não conseguiria produzi-lo com as próprias mãos. Quem o vende também fica feliz. Aqui há **cooperação**.
- Contudo, será que existe essa felicidade mútua tanto para o comprador quanto para o vendedor na maioria dos mercados? Quando compramos algo, por exemplo, sentimos sempre que pagamos um preço justo?
- Por outro lado, vimos que os mercados evoluem com o tempo. Há alguns que perdem, há muitos que ganham. Aqui, há **competição**.
- Entretanto, saímos de um mundo à luz de velas e com carruagens para outro com lâmpadas inteligentes e carros autônomos. Nesse aspecto, os efeitos adversos da “destruição criativa” não seriam pequenos diante de todos os ganhos da evolução tecnológica?
- Considerando essas questões, como explicamos o funcionamento dos mercados? Por cooperação ou competição?
- Vamos tentar entender isso por meio de alguns jogos.



Jogo de Par ou Ímpar

- Considere um jogo de par ou ímpar entre um garoto e uma garota. Vamos analisar os possíveis resultados, veja a figura abaixo.
- Imagine que o garoto sempre irá pedir par. Se ele mostra dois dedos e a garota também aposta em dois (tal como mostra a imagem), a soma dá par (dois mais dois é par), como o garoto apostou em par, ela ganha o jogo, o que ele ganha é 1, como mostra no quadrante superior esquerdo – note que a aposta do garoto em azul é par e a da garota em rosa também é par. Nesse mesmo quadrante, o número depois do ponto e vírgula mostra o resultado para a garota: -1. Ou seja, o jogo de par ou ímpar é um jogo de soma-zero: o que um ganha é o mesmo que o outro perde ($1-1=0$).
- A mesma lógica se aplica a todos os três demais cenários desse jogo. Olhe por exemplo aquele em que o garoto mostra três dedos e a garota continua mostrando dois dedos. Nesse caso, a garota vence o jogo ($3+2=5$, que é ímpar). Veja que o primeiro número mostra o quanto o garoto ganhou, nesse cenário, ele perdeu 1, seu resultado é -1. O número depois do ponto e vírgula mostra o resultado para a garota, que é 1.
- Esse é um jogo de competição: somente um pode ganhar.



Jogo da Mão Invisível

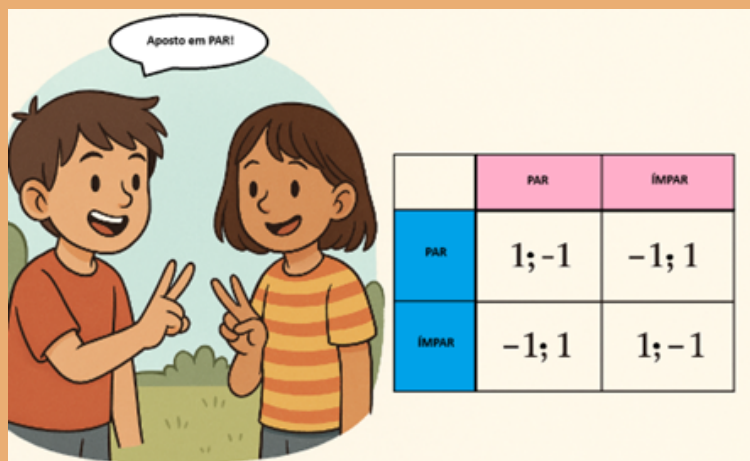
- Considere agora outro jogo. Nesse jogo, um marceneiro joga com um padeiro. O marceneiro sabe fazer móveis, o padeiro sabe fazer pão.
- Vamos analisar os possíveis resultados se eles decidem produzir pão ou móveis. Veja a figura abaixo. Se tanto o padeiro quanto o marceneiro resolverem fazer móveis, o padeiro ganha 1 e o marceneiro ganha 3 (considere uma moeda fictícia aqui). Note que, nesse caso, o marceneiro ganha o triplo do padeiro, afinal, ele de fato sabe fazer móveis. Esse resultado está ilustrado no quadrante superior esquerdo. A soma da produção de cada um nesse cenário é 4 ($3+1=4$).
- Agora, se o marceneiro for para o mercado de pães e o padeiro continuar fazendo móveis, cada um ganha 2: o padeiro terá menos concorrência e o marceneiro será o único fazendo pães. A soma da produção de cada um nesse cenário é 4 ($2+2=4$).
- Agora considere que o marceneiro produza móveis e o padeiro faça pães. Nesse caso, cada um ganha 4. Note que a soma da produção de cada um nesse cenário é 8 ($4+4=8$), o dobro dos outros cenários. Ou seja, o marceneiro pode produzir móveis, o padeiro pode produzir pães, eles podem comercializar entre si e estarem em situação melhor em comparação a todos os outros casos.
- Nesse contexto, é melhor fazer de tudo um pouco ou se especializar no que sabe fazer melhor? É melhor se especializar. O marceneiro sabe cortar as peças, montar, colar e dar acabamento com boa qualidade. Já o padeiro sabe preparar a massa, sovar, montar os pães e assar no tempo certo. Quando eles se especializam nos seus respectivos ofícios, eles aprimoram sua técnica ao longo do tempo e conseguem produzir mais e melhor.
- Esse é um jogo de cooperação: ambos podem ganhar com a interação.



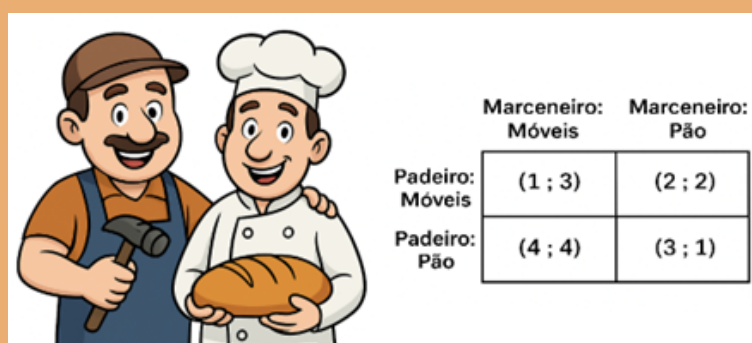
	Marceneiro: Móveis	Marceneiro: Pão
Padeiro: Móveis	(1 ; 3)	(2 ; 2)
Padeiro: Pão	(4 ; 4)	(3 ; 1)

Qual jogo melhor descreve o Mercado?

- As trocas comerciais podem ser explicadas pelo primeiro ou segundo jogo? Quem vende ganha e quem compra perde, tal como no jogo de par ou ímpar? Ou ambos ganham, quem vende e quem compra, tal como no segundo jogo?



Par ou Ímpar



Jogo da Mão Invisível



2. O Estado: origem, evolução e papel

A lei do mais forte: uma ideia primitiva de Estado

- Pessoas se organizam em comunidades desde os homens da caverna. Passaram de tribos para cidades, e destas para países, aumentando a escala de cooperação segundo uma lei: a lei do mais forte. Antigamente, o mais importante era se proteger de ataques estrangeiros.



O Estado-Nação: o princípio do Estado moderno

- Alguns povos europeus deram um grande passo rumo à cooperação em grande escala: um povo, que mora em uma terra delimitada, decide formar uma organização político-jurídica soberana onde há uma autoridade e instituições que fazem valer regras. Nasce o Estado-Nação.
- O Estado-Nação nasce com a figura de um rei poderoso venerado por um povo com uma identidade cultural, linguística ou étnica comum. Ou seja, são pessoas que acreditam nas mesmas histórias. O Estado é, então, uma invenção humana que permite obter cooperação de pessoas que seguem a mesma bandeira, que se veem como uma grande família, que se sentem parte de um todo.

- Foi, porém, um processo centralizador de poder. As decisões do Estado eram tomadas olhando para os interesses do rei e dos amigos do rei.



O sentimento de justiça e a evolução do Estado

- Antes, quem mandavam eram os monarcas, com poder absoluto. O Rei Luis XIV dizia “o Estado sou eu”.
- Após o Iluminismo, os olhos das pessoas foram abertos para certas injustiças por parte das decisões em nome do Estado. Então, começou-se um processo descentralizador de poder, e este foi migrando, de fato, para o povo. Esse processo durou séculos.
- Hoje, o poder é do povo. É o povo que elege seus representantes, que deliberam sobre o bem-estar da coletividade. A sociedade evoluiu: agora são as instituições que devem responder à população. A representação vai do grêmio estudantil, que representa os alunos de uma escola, a esta Câmara Legislativa, que representa todos do Distrito Federal.



Por que é importante dividir poder?

- Porque toda concentração de poder traz uma forma de tirania consigo.
- Montesquieu elaborou uma teoria sobre a separação dos Poderes.
- Essa separação de Poderes cria um sistema de freios e contrapesos, onde um Poder controla e limita os abusos do outro. Isso ajuda a garantir que o dinheiro público seja usado de forma correta, transparente e em benefício da sociedade.
- A divisão dos Poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário é essencial para garantir que ninguém concentre poder demais e que haja fiscalização mútua.
- Quando falamos de recursos públicos, isso é ainda mais importante:
 - O Poder Executivo (prefeitos, governadores e presidente) é quem executa o orçamento — ou seja, gasta o dinheiro dos impostos.
 - Já o Poder Legislativo (vereadores, deputados e senadores) é quem aprova as leis orçamentárias e fiscaliza se o dinheiro está sendo bem usado.
 - O Judiciário, por sua vez, pode intervir quando há irregularidades ou desrespeito à Constituição.



MONTESQUIEU

Poder do Povo

- Quem é o povo? Hoje são todos que atingem uma idade mínima. Porém, antigamente, só votavam homens livres e com propriedade. Ou seja, o processo de reconhecimento da existência de cada indivíduo para uma representatividade de fato demorou séculos para ser implementado.
- A política é inerente ao ser humano. Para ser boa, o poder tem que ser diluído. Aqui, a Câmara Legislativa tem papel não apenas de legislar, mas de fiscalizar e representar todos vocês.



Qual o Papel do Estado ao longo da História?

- O Estado, ao longo da história, nem sempre atuou como provedor de bens e serviços públicos à população como um todo.
- Depois da consolidação dos Estados-Nação modernos, surgem dois tipos de direitos, cada um implicando diferentes papéis para o Estado.
- O primeiro tipo de direitos denomina-se Direitos Negativos, que são como uma proteção ao indivíduo por possíveis violações em nome do Estado. É como se o indivíduo precisasse dizer ao Estado: “Não me atrapalhe!”.
 - Em outras palavras, seria uma situação de um Estado opressor e um povo oprimido. Do que esse povo precisa, nesse cenário? De menos Estado!
 - O que significa menos Estado? Significa que o Estado precisa se abster de interferir. Por isso Direito Negativo, pois é preciso que o Estado faça menos.
 - Como fazer menos? Governos fazem menos, nesse sentido, quando respeitam a liberdade de expressão, de religião e de propriedade, por exemplo.
- O segundo tipo de direitos denomina-se Direitos Positivos, que são como uma garantia de ajuda do Estado para o indivíduo. É como se o indivíduo precisasse dizer ao Estado: “Faça algo por mim!”.
 - Em outras palavras, seria uma situação de um Estado pequeno e um povo com demandas. Do que esse povo precisa, então? De mais Estado!
 - O que significa mais Estado? Significa que o Estado precisa fornecer um bem ou serviço público ao indivíduo. Por isso que o nome é Direito Positivo, pois é preciso que o Estado faça mais.
 - Como fazer mais? Governos fazem mais, nesse sentido, quando fornecem serviços de educação, saúde e previdência, por exemplo.
- Os Direitos Negativos surgiram com os Estados-Nação modernos e o pensamento iluminista.
- Os Direitos Positivos surgiram no final do século XIX e evoluíram ao longo do século XX.



Quem é Responsável por o quê?

- Hoje queremos muito do Estado: hospitais, escolas, serviços públicos, aposentadoria, etc.
- Mas quem é responsável por o quê?
- Hoje nosso Estado é uma República Federativa Presidencialista.
 - É uma República pois o chefe de Estado não é um rei ou monarca que está lá porque nasceu em berço de ouro, literalmente. É alguém eleito pelo povo.
 - O Presidente da República é o líder da nação, mas ele não lida com todas as questões públicas do país. Há várias outras autoridades eleitas pelo povo. Ou seja, é uma república federativa pois somos uma união de federações, com autonomia.
 - Além da União, nós temos 26 estados, o Distrito Federal e 5570 municípios. Para cada Estado e DF, temos os governadores, vice-governadores e deputados eleitos. Para os municípios, temos os prefeitos e os vereadores. No nível federal, temos os deputados e senadores da república.
- Note que o termo “Estado” é usado aqui de forma genérica: ele pode se referir à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.



Afinal, qual o Papel do Estado hoje?

- Prover infraestrutura pública e garantir liberdades;
- Zelar pela segurança e promover justiça;
- Cuidar da saúde;
- Investir em educação, entre tantos outros papéis.



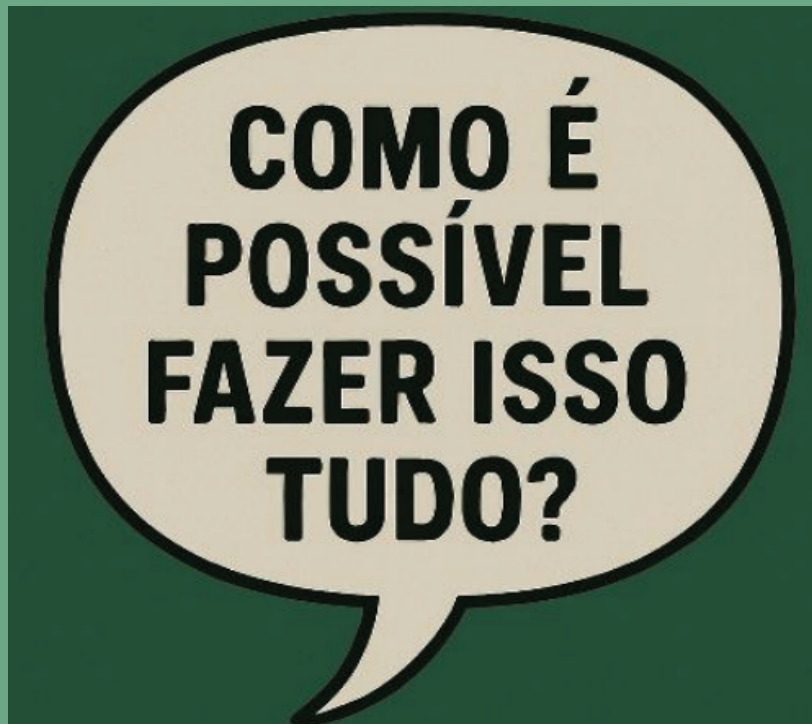
O que mais?

- Diplomacia;
- Moeda e sistema financeiro;
- Defesa do Meio Ambiente;
- Ordenamento Territorial.
- Tarefas do Presidente e Congresso Nacional na União
 - O Presidente trata de questões a nível federal, como relações exteriores, sistema financeiro, educação superior.
- Tarefas dos Governadores e Assembleias Legislativas nos Estados
 - Os Estados lidam com segurança pública, educação juvenil, saúde.
- Tarefas dos Prefeitos e Câmaras de Vereadores nos Municípios
 - Os Municípios lidam com limpeza urbana, educação infantil, saúde básica.
- Quem deve proteger o meio ambiente? Todos!
- Quais as tarefas do Governador do DF e CLDF?
 - O Distrito Federal acumula tarefas dos Municípios e dos Estados.



Quem decide e provê: o Estado ou o Mercado?

- Em primeiro lugar, como o Mercado e Estado proveem bens e serviços?
- Como o Mercado provê bens e serviços privados? **Via Preço.** Quem paga, compra para si.
- Como o Estado provê bens e serviços públicos? **Via Orçamento Público.** Se os representantes do povo aprovam, o Estado compra para o povo.
- Mas como o Estado consegue fazer isso tudo, prover serviços de educação a segurança? Com recursos. De onde vêm esses recursos? Dos impostos pagos pelo Mercado.
- Veremos primeiro por que o Estado pode cobrar impostos. Depois, veremos quem decide, o Estado ou o Mercado. Por fim, veremos quem provê, o Estado ou o Mercado.



Por que o Estado pode cobrar impostos?

- Hoje é fácil, com tantos serviços públicos disponíveis, conceber que o Estado precisa arrecadar para pagar por isso tudo. Nem sempre foi assim. Hoje temos Estados presentes, antigamente, era lei da selva, sobrevivia o mais forte, o mais privilegiado. O Estado não fazia muito pelo povo, era mais comum ser convocado para uma guerra do que ter serviços públicos de saúde para a população. Na verdade, os impostos subiam quando tinha guerra.
- A ideia de que não pode haver tributação sem representação política vem desde a Carta Magna de 1215, quando os barões ingleses obrigaram o rei João Sem Terra a assinar esse documento que estabeleceu a noção de que o rei não poderia impor certos impostos sem o consentimento do conselho dos nobres. O Rei João gostava de cobrar imposto para financiar guerras no exterior, até que houve revolta dos lordes. Isso foi um embrião do controle sobre o poder tributário do soberano.
- Esse princípio se tornou mais efetivo com a Revolução Gloriosa e a Declaração de Direitos de 1689, atestando que o rei não pode arrecadar impostos sem aprovação do Parlamento, eleito via voto. Temos aqui um primeiro registro moderno de que a tributação precisa ter respaldo na representação política, ou seja, em um contrato social.
- O termo *No Taxation Without Representation* ganha visibilidade na Revolução Americana (1765–1776), quando os colonos das 13 colônias britânicas rejeitavam os impostos criados pelo Parlamento britânico, no qual eles não tinham representantes, o que contribuiu para culminar na independência dos Estados Unidos da América.
- Em suma, difundiu-se a ideia mundo afora de que só se cobram tributos os representantes legais de um povo, por ele escolhidos.
- Por que então o Estado pode cobrar impostos? Porque o povo autorizou, por meio de seus representantes, que aprovaram leis que permitem essa cobrança.



Quem Decide: o Estado ou o Mercado?

- Vimos que o Estado é o que define os interesses da coletividade – instituição que exerce autoridade sobre um território e sua população, com poder de criar leis, cobrar impostos e fornecer bens e serviços públicos visando o interesse coletivo.
- O Mercado é o que atende, em primeira instância, aos interesses da individualidade, em um espaço físico ou virtual, onde agentes econômicos realizam trocas voluntárias de bens, serviços e fatores de produção, guiados pela oferta, demanda e preços.
- Determinar quais as atribuições do Estado e do Mercado é uma maneira de entender o posicionamento de cada um.
- Em um extremo, há aqueles que acreditam que o Mercado consegue fazer absolutamente tudo, havendo pouco espaço para o Estado. Para quem se interessar nessa ideia, veja mais sobre a Escola Austríaca de Economia.
 - Vamos considerar esse primeiro cenário: o Mercado consegue fazer (quase) tudo. Vamos chamar esse cenário de Mercado Máximo. No Mercado Máximo, a principal ideia é de cooperação entre pessoas. Lembrem do Jogo Da Mão Invisível, o jogo entre o padeiro e o marceneiro? No cenário de Mercado Máximo, as trocas permitem que tanto quem vende quanto quem compra se beneficiem da interação. A solução desse jogo implica que precisamos (quase que) apenas de Mercado.
- No outro extremo, há aqueles que acreditam que o Estado é capaz de fazer (quase) tudo, havendo pouco espaço para o Mercado. Para quem acredita nessa versão, veja sobre a Escola Marxista.
 - Aqui estamos no cenário de Estado Máximo. No Estado Máximo, a principal ideia é de competição entre pessoas. Lembrem do Jogo De Soma Zero? Para um ganhar, o outro tem

que perder. No cenário de Estado Máximo, os ganhos dos empresários resultam de perdas dos trabalhadores: quem ganha é sempre o mais forte, mas às custas do mais fraco. É como se o mais forte conseguisse ver de antemão quantos dedos o mais fraco vai mostrar. Como há essa injustiça, deve haver um Estado que olhe pelos mais fracos. A solução desse jogo é que precisamos (quase que) apenas do Estado.

- Na prática, as pessoas preferem um mix de Estado e Mercado. Há contradição entre essas duas entidades? Não. Nas sociedades mais desenvolvidas, o Mercado se beneficia do Estado eficiente e o Estado tem mais recursos para aplicar em políticas públicas pelo fato do Mercado ter sido bem-sucedido. Em outras palavras, países que ficaram ricos têm Estados bem-organizados e com recursos para políticas de bem-estar.
- Há aqueles que defendem um mix com mais Estado e menos Mercado, à esquerda do espectro político e os que preferem uma combinação com mais Mercado e menos Estado, à direita do espectro político.

ESTADO E MERCADO: QUEM DECIDE?



Quem Provê: o Estado ou o Mercado? Parte 1

- Vamos entender com mais detalhes como que o Mercado e o Estado podem impactar no nosso dia-dia e o que cada um pode prover para a população.
- Entrar no Parque da Cidade Sarah Kubitschek é gratuito, já para andar de kart lá, é necessário pagar. Alguns bens e serviços são gratuitos, outros são pagos. Faz sentido colocar guarda em toda entrada do parque cobrando a entrada nele? Não. Do ponto de vista do empresário, faz sentido alugar um espaço, comprar dezenas de karts, contratar pessoas e não cobrar nenhum centavo para andar de kart? Também não. Para algumas coisas, precisamos do Estado, para outras, precisamos do Mercado.
- Para entendermos isso, considere dois conceitos básicos:
 - Rivalidade: se uma pessoa usa, sobra menos para as outras;
 - Exclusão: é possível impedir alguém de usar, normalmente cobrando ou controlando o acesso.
- Voltamos para o nosso exemplo, o kart tem rivalidade? Sim, se uma turma toda resolver andar de kart ao mesmo tempo, vai ter congestionamento na pista de kart. Tem exclusão? Sim, se a pessoa não pagar o ingresso, não entra. Ou seja, o kart é um Bem Privado.
- E o parque da cidade. Ele tem exclusão? Não, tem vias públicas passando por ele. Ele é rival? Sim, se Brasília inteira resolver ir correr no parque no domingo, o uso do parque por essas pessoas vai impedir outras de o usarem. Ele então é um Recurso Comum.



Quem Provê: o Estado ou o Mercado? Parte 2

- O Bem de Clube é aquele que é excludente, mas não é rival (não-rivalidade até certo ponto). Exemplo: internet, quem não paga, não usa, logo é excludente. O seu consumo, contudo, não impede o consumo do vizinho, (a não ser que a rede seja sobrecarregada, por isso destacamos a não-rivalidade até certo ponto).
- Bem Público é aquele bem que é impossível excluir o consumo das pessoas e tampouco há rivalidade no consumo. Exemplos: iluminação pública (qualquer um pode ler um livro à noite na rua), ar limpo (o ar é o mesmo para todo mundo e oxigênio respirável não é um bem escasso).



Quem Provê: o Estado ou o Mercado? Conclusão

- Historicamente e principalmente atualmente, o Mercado ficou a cargo da produção da maioria dos Bens Privados.
- Por outro lado, o Mercado não consegue ofertar Bens Públicos, utiliza mal os Recursos Comuns e explora, com prejuízos aos consumidores, os Bens de Clube. Por isso, o Estado atua nessas áreas.
- Então, o Mercado se concentra na produção de Bens Privados, de pão de queijo a automóveis, e o Estado se concentra em prover e regular Bens Públicos, Recursos Comuns e Bens de Clube.
- Rios são Recursos Comuns. Se o seu vizinho pesca todos os peixes do rio, não sobra nada para você. A característica de uso compartilhado traz um risco de superexploração. Não podemos ignorar a natureza humana da expressão “farinha pouca, meu pirão primeiro”. Quer dizer que, quando a conta é paga por todos, há uma tendência de certas pessoas em consumir o máximo possível, mesmo que não precise, necessariamente. Então, nesses casos, o Estado atua regulando o uso de Recursos Comuns: não podemos pescar durante a piracema, indústrias não podem poluir os rios, agricultores não podem desmatar indefinidamente, é necessário manter reservas legais e áreas de preservação permanente, e assim por diante.
- Bens de Clube são ofertados pelo Mercado e Estado, com mais ênfase no primeiro. A internet é ofertada por prestadoras de telecomunicações, mas são reguladas pela Anatel. Hoje o Estado assume um papel mais regulador do que produtor.
- Justiça é um Bem Público somente ofertado pelo Estado. As regras são definidas no Parlamento, e o juiz julga se pessoas as infringiram, quais as consequências de seus atos, etc. Todo mundo tem acesso a Bens Públicos.
- Como o Mercado provê esses bens e serviços?
Via Preço. Quem paga, compra para si.
- Como o Estado provê esses bens e serviços?
Via Orçamento Público. Se os representantes do povo aprovam, o Estado compra para o povo.
- Na Câmara Legislativa, estão os representantes do povo. Os Deputados que possuem a prerrogativa de aprovar uma proposta de compras em nome do Estado. Veremos como esse processo funciona.



3. O Orçamento Público: como o Estado se organiza?

O processo orçamentário

- Como o Estado decide o que comprar para o povo, na prática?
 - O Povo delega essa decisão a políticos por meio do voto, de modo que estes decidirão o que comprar. Isso é feito por meio do processo orçamentário:
 - O Poder Executivo monta uma proposta de orçamento, onde diz quanto quer gastar em saúde, educação etc.
 - O Legislativo discute, faz ajustes e aprova o orçamento, segundo regras gerais.
 - O Executivo arrecada os impostos e gasta em serviços públicos.
 - Depois, o Legislativo fiscaliza se o dinheiro foi usado do jeito certo.
- Ou seja, a Câmara Legislativa tem um importante papel, pois é o espaço onde o orçamento público do Distrito Federal é debatido de forma transparente e democrática.
- Ademais, cabe à CLDF analisar, discutir e aprovar as leis orçamentárias, garantindo que o uso dos recursos públicos esteja alinhado às necessidades da população do Distrito Federal.
- Além disso, a Câmara Legislativa exerce a função de fiscalização, acompanhando a execução do orçamento e cobrando do Poder Executivo o cumprimento das prioridades definidas, o controle e a boa aplicação dos recursos públicos.

Processo Orçamentário



O Orçamento Público: uma lei que equilibra desejos e recursos

- O que será comprado pelo Estado, quanto será comprado, para quem será comprado: como isso é organizado?
 - No orçamento público.
- O orçamento é onde uma sociedade equilibra desejos e recursos.
 - Os recursos são limitados; os desejos são ilimitados.
- Como que uma sociedade organizada equilibra isso? Vocês votam em pessoas que terão a responsabilidade de decidir onde será gasto o dinheiro dos impostos.
- O orçamento, então, é uma lei que define quais serviços públicos (desejos) serão prestados pelo Estado, em nome do povo, com os impostos arrecadados (recursos) do Mercado.
- Quais princípios moldam a ação do Estado?
 - Veremos aqui apenas dois: eficiência e equidade (uma forma de justiça).



Como o Estado Organiza o Orçamento Público?

- Existem três peças orçamentárias que organizam tudo isso:
 - O PPA (Plano Plurianual) é um planejamento de médio prazo, mostra o que o governo pretende fazer nos próximos 4 anos, se quer construir pontes, reformar escolas, etc. É um mapa de sonhos do Estado.
 - A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) é o planejamento de um ano, alinhado ao PPA, definindo metas e prioridades: quanto pode gastar, quanto vai economizar etc. É um roteiro, com base no PPA, para atingir os objetivos do Estado.
 - A LOA (Lei Orçamentária Anual) é o orçamento de fato, mostra quanto dinheiro o governo espera ter e onde vai gastar cada centavo. É a lista de compras do Estado.
- Tem curiosidade de ver como a Câmara Legislativa aprova essas leis? Confira a [Agenda](#) e vá a uma Audiência Pública da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da CLDF!



Estado: Como ter Recursos?

- O modo como o Estado arrecada recursos da sociedade para depois gastar em serviços e políticas públicas é organizado pelo Sistema Tributário.
- Quais tipos de impostos existem?
 - Impostos diretos

- São aqueles impostos que o contribuinte paga diretamente ao Estado, incidindo sobre renda, patrimônio ou propriedade, por exemplo:
 - IRPF é o Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, é o que o trabalhador paga ao Estado em proporção ao seu salário.
 - IPVA é o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, é o imposto que todos que possuem carro pagam.
 - IPTU é o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, é o imposto que todos pagam por morar em uma casa.
- Impostos indiretos
 - São aqueles embutidos nos preços dos produtos e serviços.
 - ICMS é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que o Estado cobra sobre a venda de bens.
- Quem de fato arca com o ônus do imposto é aquele quem o recolhe? Não necessariamente.
 - Se um produto é muito escasso e muito demandado, quem o vende pode repassar todo o custo do imposto indireto para o consumidor.
 - Por exemplo, se houver no Brasil só um lugar que vende Iphone. Vocês acham que o lojista vai pagar todo o imposto de ICMS do bolso dele ou vai incluir no preço final do produto? Irá incluir no preço e o consumidor irá pagá-lo.
- Como então deve ser configurado o Sistema Tributário? Quais princípios definem que tipo de imposto deve existir?

ARRECAÇÃO DE IMPOSTOS



Quais Princípios Moldam a Decisão do Estado?

- O Sistema Tributário deve gerar o menor número possível de distorções sobre o comportamento das pessoas no Mercado. Isso, pois, eficiência é um princípio que molda a decisão do Estado.
- Em termos comuns, "eficiência" significa não desperdiçar e usar bem os recursos para alcançar um objetivo. Por exemplo, uma cidade não seria eficiente no uso da água se grande parte se perdesse em canos furados.
- Já na Economia, eficiência tem um sentido específico: uma situação é eficiente quando é impossível realocar recursos de forma a melhorar a situação de um indivíduo ou grupo sem piorar a situação de outro. Esse conceito é chamado de Eficiência de Pareto.
- Apliquemos esse último conceito em uma situação fictícia. Também seria considerado ineficiente se algumas pessoas não tivessem acesso à água, enquanto outras usassem, sem desperdício, muita água para manter campos de golfe no deserto? Não, isso seria eficiente. Os recursos estão sendo utilizados sem desperdício. Para ter mais água disponível para as pessoas, teria que piorar o campo dos golfistas. Ou seja, não tem como ter melhoria de Pareto (melhorar a situação de um sem piorar a do outro). Essa situação é eficiente. Mas seria justa? Lógico que não.
- Logo, outro princípio que molda a decisão do Estado é Justiça. Justiça é dar a cada um o que a cada um lhe é devido, seja proteção, direitos ou responsabilidades.
 - “Não faça ao próximo o que não quer que façam contigo”.



Como Melhorar a Situação de Todos?

- Como melhorar a situação de ambos os lados? Suponha que as pessoas consigam fazer um desvio no rio e garantir oferta infinita de água a quem queira. Nesse caso, é possível melhorar a situação da população em geral e dos golfistas.
- O desvio do rio pode ser feito por uma política pública do Estado ou por iniciativa de uma empresa privada do Mercado. Note que a situação de todos pode melhorar em qualquer um desses casos.
- Ou seja, a qualidade de vida das pessoas pode melhorar por tecnologia, inovação, trabalho, interesse estatal, interesse comercial, política pública etc.



Afinal, Como Arrecadar Impostos?

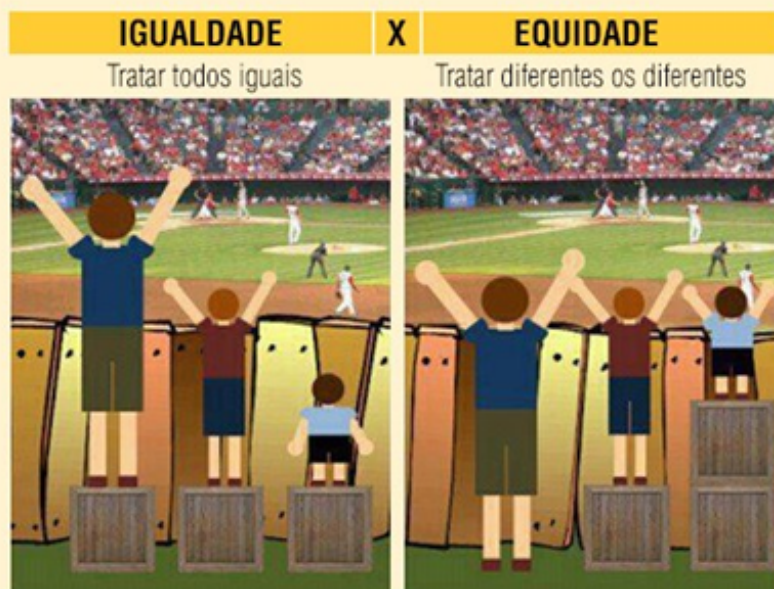
- Vamos agora aplicar esses conceitos para a forma que o Estado arrecada impostos.
- Imagine um Sistema Tributário da seguinte forma: todo o dinheiro que custeará o Estado virá da tributação de arroz e feijão. Vamos supor que todo brasileiro vai comprar arroz e feijão independentemente do preço. Então podemos colocar alíquotas altíssimas sobre esses alimentos para arrecadar tudo que o Estado precisa.
- Esse sistema tem eficiência? Sim, o Estado não altera o que a sociedade quer consumir de arroz e feijão no Mercado e o Estado consegue arrecadar tudo que precisa para se custear.

- Esse sistema é justo? Não. Quem ganha menos vai pagar muito mais de imposto em proporção do que ganha. Quem come mais arroz e feijão vai pagar mais imposto de quem come macarrão, carne e assim por diante.
- Como então arrecadar impostos? O Estado deve criar impostos que não sejam muito custosos para o Mercado, olhando para a eficiência, e nem sejam muito injustos para o Povo, olhando para justiça.
 - Quem determina esse equilíbrio entre eficiência e justiça? Os representantes eleitos do povo.



Equidade é Importante ao Estado

- Primeiramente, o que é equidade?
 - Equidade significa olhar para a justiça na distribuição de bônus e ônus, levando em consideração a situação de cada um. Em linguagem simples, seria tratar os iguais de forma igual e os desiguais desigualmente, na medida de suas desigualdades.
- Por exemplo, para a equidade horizontal, contribuintes em situações econômicas semelhantes devem pagar tributos equivalentes.
- Equidade vertical, por sua vez, é: quem tem maior capacidade contributiva deve pagar mais (progressividade).
- Ou seja, a tributação hipotética de apenas arroz e feijão não traria nem equidade horizontal nem equidade vertical.



O Jogo do Ultimato

- Vejamos essas questões em um jogo.
- O Jogo do Ultimato é jogado entre duas pessoas, uma é o Proponente e a outra é o Respondente.
- Suponha que você jogará com um colega e que você seja o Proponente nesse jogo.
- Você, como Proponente, irá receber 100 reais.
- Você então tem que propor ao colega Respondente como dividir entre vocês dois esses 100 reais. Por exemplo, você pode propor que fique com 50 reais e dê os mesmos 50 reais ao colega. Ou você pode propor que fique com 70 reais e o colega ficaria com 30 reais. Ou mesmo propor que fique com 99 reais, dando 1 real ao colega Respondente.
- O Respondente, depois de ouvir a proposta do Proponente, decide se vai aceitar ou não a proposta do Proponente.
- Se o Respondente aceitar, cada um fica com o valor proposto pelo Proponente.
- Se o Respondente rejeitar a proposta do Proponente, ambos não ganham nada.
- Qual valor você proporia?



Eficiência ou Equidade?

- Se, no Jogo do Ultimato, você fosse um Respondente que se preocupasse apenas com seu próprio ganho, aceitaria qualquer oferta positiva, pois algo é melhor do que nada.
- Mas, se também se importasse com a justiça, e o Proponente lhe fizesse uma oferta muito baixa que você considerasse injusta, poderia decidir rejeitá-la. Nesse caso, nem você nem o Proponente receberiam qualquer valor. Esse resultado – abrir mão de dinheiro – não pode ser considerado eficiente.
- Às vezes, você está disposto a abrir mão de dinheiro (eficiência) em troca de mais justiça (equidade). Se você foi o Respondente e rejeitou a proposta do Proponente, qual foi sua forma de fazer justiça? Penalizando o Proponente (por mais que você também tenha sido penalizado).
- Em muitos casos, o Estado também prefere perder em eficiência para ganhar em justiça.
 - Por exemplo, inaugurar um hospital público pequeno em uma vila no interior.
 - Por que não seria eficiente? É eficiente centralizar os serviços em hospitais maiores, reduzindo custos e aproveitando melhor a estrutura existente.
 - Por que seria justo? A população daquela cidade ficaria com acesso próximo a atendimento de saúde, o que auxiliaria especialmente os mais vulneráveis.
- Em suma, às vezes temos, nas decisões do Estado, um dilema entre eficiência e equidade. Tributar só arroz e feijão é eficiente, mas não é justo. Tributar muito quem ganha mais pode ser justo, mas pode diminuir o tamanho do Mercado, tendo custos de eficiência.

- A escolha entre mais eficiência ou justiça é feita quando estabelecemos as regras do jogo para a atuação do Mercado e do Estado aqui na CLDF para o Distrito Federal ou no Congresso Nacional para todo o Brasil.
- Afinal, o Brasil precisa de mais Eficiência ou Equidade? Leia o QR Code e vote!

QUIZ

O BRASIL PRECISA DE MAIS EFICIÊNCIA OU EQUIDADE? ?



O Orçamento Equilibrado

- Equilíbrio orçamentário é quando o governo gasta não mais do que arrecada.
- Note que o equilíbrio é representado pela balança que tem receitas e despesas com o mesmo peso.



Mais Desejos do que Recursos

- Mas como pagar menos impostos se as pessoas querem mais serviços públicos?
- Se a demanda por Estado é crescente, os recursos dele também têm que crescer, para satisfazer esse princípio de equilíbrio.
- Nesse caso, as despesas pesam mais que as receitas, são maiores do que as receitas.



Uma “Alavanca” gera Equilíbrio

- Se os recursos não são suficientes para equilibrar o orçamento, é necessária uma “alavanca”, algo que sustente o maior peso das despesas de modo que haja um “equilíbrio forçado”.
- Há três “equilíbrios forçados”: via dívida, juros ou inflação.



Um “Equilíbrio” Forçado: Dívida

- Como há equilíbrio em um Estado que gasta sempre mais e arrecada menos?
 - Aumenta a dívida
 - Se em uma casa, se gasta mais do que ganha, como que a conta fecha? Com mais dívida. Para balancear o orçamento doméstico, é preciso pegar dinheiro emprestado de alguém.
 - O mesmo é válido para o Estado. Se os recursos dos impostos não são suficientes para financiar o gasto, para balancear o orçamento público, é preciso pegar dinheiro emprestado de alguém, via dívida pública.
- Se a dívida for empurrada para frente, quem tem que pagar? Quem fica.
- Qual a consequência para a sociedade de uma dívida maior? Menos recursos para a próxima geração. Os mais jovens pagarão a conta!
- Ou seja, se não há equilíbrio orçamentário hoje, a conta deve ser paga amanhã.



Um “Equilíbrio” Forçado: Juros

- Qual resultado de uma balança de receitas e despesas quase sempre em desequilíbrio?
 - Aumento da taxa de juros
 - Um Estado que gasta mais do que ganha gosta mais do presente do que do futuro. E qual o preço do tempo? A taxa de juros!
- Se a sociedade é impaciente, gasta mais hoje do que pode. Ao fazer isso, ela se endivida e paga mais juros.
- Para você ver isso, imagine o seguinte cenário. Um banco tem dois clientes João e José. João sempre está em dia com suas contas. José sempre gasta mais do que ganha e precisa de empréstimo. Para quem o banco cobraria mais pelo empréstimo. De José, certo?
- O mesmo vale para o país. Se as contas sempre estão no vermelho, os juros serão maiores.



Um “Equilíbrio” Forçado: Inflação

- Se as despesas são maiores do que as receitas e o Estado controla a quantidade de moeda, por que não simplesmente imprimir mais dinheiro?
 - Porque isso aumentaria a inflação:
 - Inflação é quando tudo fica mais caro no Mercado.
- Imagine um reino onde o rei resolve que “dinheiro nunca é demais”. Então ele compra uma impressora gigante e começa a imprimir células e distribuir.

- De repente, todos os moradores estão com bolsos cheios de notas.
- O padeiro, que antes vendia o pão por 1 real, olha para aquele mar de dinheiro circulando e pensa: “Se todo mundo tem dinheiro sobrando, vou cobrar 2 reais pelo pão”.
- O marceneiro, vendo que o pão agora custa 2, fala: “Ora, então minha cadeira não pode mais custar 50, tem que ser 100”.
- O feirante aumenta o preço da laranja, o dono do posto aumenta a gasolina, e assim por diante.
- No fim, a quantidade de bens e serviços continua a mesma (o padeiro ainda só consegue assar 100 pães por dia, o marceneiro ainda só faz 10 cadeiras na semana), mas agora há muito mais dinheiro no Mercado.
- O resultado é que o dinheiro perde valor. Os preços sobem em geral: inflação.
- Se o Estado imprime dinheiro para pagar seus gastos, o povo que paga a conta com mais inflação.



As Balanças Menores

- Esses “equilíbrios forçados” dizem respeito a um país como um todo. Quando estamos falando de orçamentos menores, ou seja, de balanças de receitas e despesas de um Estado ou Município, os resultados são:
 - Caso se reconhece o problema:
 - Período de contenção de gastos, menores ajustes salariais, menos políticas públicas.

- Caso não se reconhece o problema:
 - Descumprimento de compromissos firmados pelo Estado.
- Caso se terceirize o problema:
 - Pedido de ajuda ao Presidente e Congresso Nacional.
- Em suma, quem paga a conta? A sociedade, o povo, de um jeito ou de outro, paga a conta.



Um Equilíbrio Ideal: Boas Leis

- Qual forma ideal de se ter equilíbrio? Tendo mecanismos para frear gastos sem recorrer a “alavancas” como dívida, juros ou inflação.
- Hoje há mecanismos para limitar esse possível desequilíbrio entre gastos e receitas, nesse sentido, a LRF foi importante. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada em 2000 para colocar regras claras sobre como entes federativos devem planejar, gastar e prestar contas do dinheiro público. Por exemplo:
 - Cada ente tem teto de dívida fixado pelo Senado;
 - Todo ano, o governo precisa aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com metas de resultado fiscal: quanto quer economizar ou pode gastar;

- O governo precisa publicar uma espécie de boletim financeiro de suas contas, de modo que o povo saiba exatamente para onde o dinheiro dos impostos está indo:
 - Um relatório rápido, publicado a cada dois meses, serve para vermos se a arrecadação dos impostos está sendo gasta como foi prometido pelo Estado. É o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).
 - Outro relatório, publicado a cada quatro meses, serve para vermos se o Estado está respeitando as leis a ele impostas, como a LRF, medindo a “saúde financeira” do Estado. É o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- Ou seja, boas leis existem para:
 - Garantir que a lista de compras do Estado esteja de acordo com seus sonhos e objetivos e que o povo saiba de tudo;
 - Impedir que “alavancas” que forçam um equilíbrio orçamentário sejam usadas com o custo sendo pago pelo povo;
 - Conter ímpetos de governantes que querem fazer muito hoje e jogar a conta para quem vem depois dele.
- A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) é o colegiado que faz a análise técnica e financeira de propostas que têm impacto sobre as finanças públicas do DF antes de elas serem votadas pelo conjunto dos deputados distritais da CLDF.
- Ademais, a CEOF analisa os boletins financeiros e realiza audiências públicas para dialogar com a sociedade.
- Para acompanharem como a Câmara Legislativa atua para alcançar um equilíbrio via boas leis, compareça às Audiências Públicas da CEOF! Confira a [Agenda da CEOF](#).



O Elo entre o Povo e o Estado

- Como definir quanto de fato estará na lista de compras do Estado para educação, por exemplo?
 - O povo demanda os serviços públicos;
 - O Poder Público fornece de acordo com:
 - Regras legais e constitucionais;
 - Escolhas políticas;
 - Negociação nas casas legislativas.
- Como fazer com que o Estado de fato escute as demandas do povo?
 - Participação ativa na vida política, seja por meio do acompanhamento das decisões públicas ou do diálogo com representantes eleitos.
- Qual o melhor espaço para isso?
 - Nas casas legislativas, onde as demandas da sociedade são traduzidas em decisões públicas.
 - Em outras palavras, os políticos eleitos são o elo entre o povo e o Estado.
- Ou seja, é importante que os desejos do Estado estejam alinhados com os desejos do povo.
- Acompanhe todos os eventos promovidos pela CDLF! Confira aqui a Agenda da CLDF.



Quais os Desejos do Estado?

- Hoje o Estado tem vários desejos: erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente, fornecer saúde e educação para a população, entre vários outros objetivos.
- Quais ações do Estado para realizar seus desejos?
 - Essas ações podem ser divididas em três funções: alocativa, distributiva e estabilizadora.



Quando o Mercado não é Suficiente

- Quando o Mercado não é suficiente para prover bens ao povo, o Estado os fornece.
- Essa é a função alocativa: quando o Mercado não entrega o que desejamos.
- A função alocativa é quando o Estado provê bens ou serviços, como saneamento, estradas, segurança, justiça.
- Essa função existe há muito tempo. O Império Romano já construía pontes.



Quando o Mercado está Desajustado

- Quando o Mercado está desajustado – há uma crise bancária, os preços estão subindo muito, o desemprego está muito alto, há uma crise econômica em outro país – o Estado age para conter os impactos dos ajustes do Mercado.
- Essa é a Função Estabilizadora: quando o Estado socorre o Mercado em tempos difíceis.
- A Função Estabilizadora surgiu principalmente com a crise de 1929, por mais que muitos países não aprenderam imediatamente como usá-la.



Quando nem Todos se dão bem no Mercado

- Quando nem todos se dão bem no Mercado, o Estado age para prover bens e serviços aos que mais precisam.
- A Função Distributiva é aquela em que o Estado busca tornar a sociedade mais justa, reduzindo desigualdades entre as pessoas. Ele cobra mais imposto de quem ganha mais e usa esse dinheiro para ajudar quem mais precisa, com programas sociais, bolsas, saúde gratuita, etc.
- Esse papel é relativamente novo. A Função Distributiva é uma invenção pós Segunda Guerra Mundial, com os Estados de Bem-Estar Social.



Quanto custa o Estado?

- Quando consideramos o financiamento do Estado via impostos, temos que cerca de um terço de tudo que se produz no país é arrecadado via imposto.
- Quando consideramos alavancas para equilibrar as contas do Estado, como a dívida pública, o Estado passa a custar cerca de metade de tudo que é produzido no país.
- Quanto você estaria disposto a pagar, em proporção do que se ganha, para financiar o Estado?



4. Conclusão

Competição ou Cooperação: o que Explica o Mercado?

- Pedimos para vocês escolherem o que é mais importante, competição ou cooperação, para explicar o funcionamento dos mercados. Mas precisamos escolher um ou outro? Não.
- Os mercados existem porque há cooperação entre vendedores e compradores, e ele evolui, oferecendo produtos melhores e mais baratos, pelo fato de haver competição.



Estado ou Mercado: quem deve prover o quê?

- O Mercado sempre vai oferecer a melhor solução para a sociedade? Não necessariamente.
 - Vimos que há Recursos Comuns, Bens de Clube e Bens Públicos que gostaríamos que o Estado oferecesse ou regulasse, exercendo sua função alocativa.
 - Vimos também que as funções distributiva e estabilizadora são importantes para a sociedade ter tanto justiça quanto eficiência.
- O Estado vai oferecer tudo que o povo quer? Não.
 - O Mercado é ágil, dinâmico e eficiente em realizar desejos. Essa realização vem de recursos de toda parte do mundo.
- Em sua opinião, quão importantes são o Mercado e o Estado?



Eficiência ou Equidade: os dilemas do Estado

- Pedimos para vocês escolherem aquilo de que o Brasil mais precisa: eficiência ou equidade.
- Não há uma resposta correta, o Brasil precisa de ambos. Contudo, vimos que, em grande parte das situações, não se pode ter os dois. Há um dilema.
- Quando parece haver uma saída para o dilema? Quando há avanços do trabalho feito por Estado e Mercado.
 - O Estado pode investir em áreas que o Mercado não quer, como construir pontes e escolas públicas, ajudar e dar segurança a quem mais precisa, proteger o meio ambiente, atuar em emergências etc.
 - O Mercado pode criar uma tecnologia que o Estado não consegue criar, tornar os produtos mais baratos e acessíveis, conectar países e pessoas por meio do comércio etc.
- De volta à situação com dilema, quem decide entre eficiência ou equidade nas questões do Estado? Os representantes eleitos do povo. Eles terão um sentimento do que a população mais deseja. Se não houver manifestação de algumas pessoas, os representantes não saberão suas demandas e representarão os desejos daqueles que se comunicam com eles.
 - Conheça melhor os **Deputados Distritais**, seus representantes do Distrito Federal.



Hoje ou Amanhã

- Vimos que o equilíbrio orçamentário público nada mais é que um equilíbrio entre desejos e recursos do Estado.
- Um Estado que gasta mais hoje do que pode jogar a conta para amanhã. Para que essa conta não fique muito cara a todos, é importante conter dívida, juros e inflação.
- Uma forma de “proteger” o amanhã se dá por leis que regulam os orçamentos do Estado, como a LRF.



Estado, Mercado e os desejos do povo

- Recolher impostos é necessário para termos um Estado que olhe para o povo.
- Há recursos infinitos? Não.
- Quais os desejos do povo sobre o que o Estado deve prover?
- Quais os desejos do Povo sobre o que deve ser arrecadado do Mercado?
- As respostas estão no Orçamento Público.
- Esses desejos estão refletidos na lei? Para saber isso, precisamos de vocês, da sociedade, participando desse processo ativamente, sabendo quais desejos são satisfeitos com quais recursos, para que tenhamos uma sociedade eficiente e justa.



**Economia, Estado e Orçamento Público:
Um Guia para a População do Distrito Federal**

Expediente

Coordenador:

Fernando de Faria Siqueira

Equipe:

Elaine Cristina Alves da Silva

Glauco Livio Silva Azevedo

Paulo Eloi Nappo

Roberto Bello Tavares de Oliveira

Sandra Zita Silva Tine

Diagramação e arte:

Adriano Wambier Gusso



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Núcleo de Gestão de Projetos Estratégicos – NGPE

5º andar — sala 5.12
3348-8007